

GÊNERO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: as pequenas revoltas diárias de uma educação menor

***Eixo Temático 19 – Gênero e Sexualidade na Escola: Novas Ameaças,
Enfrentamentos e Possibilidades de Resistência.***

Júlia Moita Gaubert ¹
Orientadora: Profa. Dra. Paula Regina Ribeiro ²

RESUMO

O objetivo do estudo foi investigar as narrativas das crianças sobre as questões de gênero em aulas de Educação Física escolar. A pesquisa está subsidiada nos Estudos de Gênero e utiliza a investigação narrativa como metodologia. Para tanto, foram traçadas algumas estratégias pedagógicas, entendidas como educação menor, com estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental buscando conhecer se as aulas de Educação Física devem acontecer de forma mista ou devem ser separadas por gênero? A realização de um júri simulado favoreceu a reflexão dos/as estudantes sobre as questões de gênero e gerou diferentes possibilidades de aprendizado em um movimento de resistência às imposições da educação maior que promove um cerceamento daquilo que pode e deve ser dito ou trabalhado na sala de aula.

Palavras-chave: Gênero; Educação Física Escolar; Educação Menor.

INTRODUÇÃO

Ao problematizar as questões de gênero no cenário educacional, se faz necessário considerar alguns elementos importantes para a constituição das práticas curriculares ali estabelecidas, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e representaram uma mudança significativa na educação ao dar luz a temas transversais como gênero e sexualidade, suscitando o debate em diferentes espaços como no interior das escolas, nas universidades e nos cursos de formação de professores/as.

¹ Pós-Graduanda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG, ju.mgaubert@hotmail.com;

² Professora orientadora: doutora em Ciência Biológicas, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, pribeiro.furg@gmail.com;

Esse foi um dos primeiros passos para que profissionais buscassem propostas pedagógicas de intervenção no campo da educação para a sexualidade. Após mais de vinte anos do lançamento dos PCNs foi promulgada, em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de três versões que, em sua primeira exposição, propunha estabelecer discussões sobre corpo, gênero e sexualidade. Contudo, os movimentos sociais e políticos do ano de lançamento da terceira versão não eram favoráveis às discussões dessas temáticas na escola.

Ambos os documentos estavam pautados em uma perspectiva de educação maior³. Ou seja, a serviço do Estado que institui políticas e às faz acontecer em um movimento transversal, de cima para baixo (CARVALHO, 2020). Dessa forma, adotou-se um caráter normativo e pautado nas “aprendizagens essenciais” que resultaram em uma padronização do currículo nas escolas do país. Além disso, havia um cerceamento da liberdade de expressão e isso fez com que houvesse uma exclusão das menções de gênero e uma redução da ênfase à sexualidade.

Tal fato se comprova à medida que, durante um pronunciamento em rede nacional de TV, o ministro da Educação de 2017 afirmou “[...] a Base está sendo entregue aos brasileiros sem ideologia de gênero” (BRASIL, 2017). O discurso representava a rejeição do governo federal frente às problematizações de gênero e sexualidade. Entretanto, dentro do próprio documento existem algumas brechas que possibilitam a reflexão dessas temáticas:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora [...] bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (BRASIL, 2018, p. 19-20).

Todavia, ao sermos interpelados/as por citações como essa é possível questionar: gênero e sexualidade não seriam “temas contemporâneos”? Questões de “saúde, vida familiar e social, ciências e diversidade cultural” não abarcam gênero e sexualidade? Esses assuntos não afetam “a vida humana em escala local, regional e global?”.

³ Segundo Gallo (2013, p. 64), a educação maior é “aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer”.

Nessa perspectiva, pode-se observar que por meio de planos, políticas públicas e demais documentos norteadores são produzidos discursos que determinam o que merece ou não ser dito. Com isso há um embate de forças que se estabelece dentro das relações de poder ao qual nada se escapa (FOUCAULT, 1979).

A educação menor surge nessa trama como um ato de revolta e resistência contra as imposições, estando presente nas salas de aula e nas práticas pedagógicas de cada professor/a. Para Silvio Gallo (2015, p. 84) ela é esse “jogo de ‘suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapam ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos”.

Nesse sentido, é necessária a compreensão de que o currículo é um artefato cultural produzido pelos indivíduos e influenciado pelo contexto histórico-social que está inserido, não se tratando de um objeto neutro. Portanto, a Educação Física escolar pode ser utilizada como possibilidade de um espaço libertário da educação menor, pois através dela é possível a utilização de pequenas fissuras para trazer ao cerne das discussões cotidianas temáticas relevantes.

Afinal, a proposição do movimento dentro da disciplina de Educação Física também interfere na construção das identidades e na produção de subjetividades dos sujeitos presentes no âmbito escolar – estudantes, professores/as – pois são veiculadas diferentes visões de mundo, de sociedade e de ideologias.

Em busca do desenvolvimento desse protagonismo estudantil, realizou-se uma investigação narrativa com crianças do Ensino Fundamental acerca das questões de gênero. Os/as estudantes realizaram uma avaliação formativa em forma de júri simulado com base em assuntos do interesse do grupo e que foram discutidos em suas aulas de Educação Física: os encontros deste componente curricular devem acontecer de forma mista (meninos e meninas) ou separada por gênero? Para isso as crianças foram separadas em diferentes grupos para que pudessem compartilhar pensamentos, criar hipóteses e debater argumentos.

A atividade foi realizada durante uma aula de Educação Física e os resultados obtidos nas narrativas das crianças nos encorajam a “esperançar” um futuro mais humano, pautado nas diferenças, no respeito e eficaz no combate das discriminações para que nossos/as estudantes tenham as mesmas condições de desenvolvimento conforme preconiza a Agenda 2030 em seu artigo de número 5: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2018).

METODOLOGIA

No momento em que a educação maior se propunha a controlar e produzir indivíduos dentro de um currículo único, a educação menor se opõe a esse sistema de ensino, pois é pautada em uma aprendizagem que não é homogênea e difícil de prever, “gerando possibilidades de aprendizado insuspeitadas naquele contexto” (GALLO, 2002, p. 175).

Portanto, para desenvolvimento dessa análise foi realizado um trabalho de aproximação das crianças com o cenário das práticas corporais, bem como de um aprendizado considerado “insuspeito”: as questões de gênero dentro das aulas de Educação Física.

Como ferramenta analítica, tomamos o conceito de gênero como construções culturais e históricas que, ao correlacionar comportamentos, linguagens, representações, crenças, identidades, posturas, inscreve tais constructos no corpo, através de estratégias de poder/saber. Dialogamos em nossos encontros sobre as possibilidades de práticas corporais ofertadas para meninas e para meninos, os padrões de brinquedos e brincadeiras que segregam e minimizam as subjetividades de cada criança, os salários e as diferentes condições de emprego de homens e mulheres, os cargos de superioridade e poder que correspondem aos moldes perpetuados culturalmente e também sobre a espetacularização do corpo feminino através dos uniformes utilizados pelas atletas.

Em uma perspectiva de educação menor, realizamos uma avaliação formativa referente ao primeiro trimestre do ano letivo através de um júri simulado que possibilitou o processo de construção, desconstrução e explanação de argumentos com turmas de quinto ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede privada do município de Rio Grande/RS. O movimento de investigação das narrativas justifica-se por sermos nós, seres humanos, contadores de histórias, organismos que vivem situações relatáveis (CONNELLY; CLANDININ, 1995).

Portanto, a atividade proposta teve como centro do processo de aprendizagem o/a próprio/a estudante que assumiu o papel protagonista de forma autônoma e participativa a partir de situações problema em uma metodologia ativa. Para isso as crianças receberam um convite provocativo para que pesquisassem sobre “Educação Física Escolar: aulas mistas ou separadas por gênero”.

Em um primeiro momento da tarde de realização da dinâmica, as 42 crianças receberam uma folha padrão para que apontassem – de forma individual – seus próprios posicionamentos e argumentos que os sustentassem. Em seguida, entregaram suas produções e foram divididos em três grupos: advogados/as que defenderam as aulas separadas por gênero; promotores/as que foram incumbidos/as de defender as aulas mistas e jurados/as que foram responsáveis por analisar os fatos expostos pelos grupos anteriores e dar o veredito final.

Ao final dos debates foi possível observar o sentimento de empoderamento das crianças por terem seus conhecimentos e saberes valorizado, que em outro momento poderiam ser questionados, sujeitados e vetados. Dessa forma, a voz desses/as sujeitos/as que muitas vezes são considerados “desimportantes” foi escutada e contribuíram para a reflexão não só deles/as, como também da rede de professores/as que se envolveu com a dinâmica. É preciso escutar as crianças...

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização da dinâmica do júri simulado contamos com o envolvimento de duas turmas dos Anos Iniciais, totalizando 42 crianças, sendo 21 de cada turma. Dessa forma, os/as estudantes foram divididos/as da seguinte maneira: três jurados/as; nove advogados/as de defesa e nove promotores/as de acusação.

Durante a atividade atentamos para as narrativas dos/as alunos/as relacionadas às discussões de gênero dentro de suas aulas de Educação Física. Afinal, qual o posicionamento das crianças frente a tal problemática? Ao realizar a leitura dos saberes apontados por eles/as, foi possível observar uma diferença significativa de pensamento: enquanto 37 defenderam as aulas mistas, apenas 5 optaram por aulas separadas.

Dentre as crianças que optaram pelas aulas separadas, 3 delas são meninas. Por unanimidade elas defendem as aulas separadas, pois percebem que os meninos possuem uma maior capacidade física e uma força superior à sua, o que às prejudica frente à realização de algumas brincadeiras e atividades de competição e/ou oposição.

No entanto, cabe a reflexão: se a força ou as habilidades corporais fossem um parâmetro para separação de crianças em aulas de Educação Física, porque não devemos dividi-los também de acordo com a flexibilidade? A altura? Meninas são sempre mais fracas do que meninos? Logo, separar as aulas de Educação Física de

acordo com gênero torna-se uma prática segregacionista, pois apontamos uma única forma de ser menino e de ser menina.

Assim, não é possível falar de um corpo que se esgota no biológico e em rótulos femininos ou masculinos. É preciso pensar para além e levar em consideração as subjetividades que o constituem. Devemos atentar ao que os corpos das crianças vêm denunciando em escolas, parques e nos diferentes espaços de práticas corporais. Há uma categorização do que pode ou não ser feito por meninos e meninas, de acordo com sexo biológico que nasceram. Dessa forma, há uma limitação nas vivências proporcionadas aos corpos das crianças, o que restringe a aquisição de habilidades para ambos.

Tal argumento foi levantado por mais de 80% das crianças que optaram pelas aulas mistas em nosso júri simulado. Os/as estudantes apontaram que, quando separados, diferentes oportunidades de atividades são ofertadas às eles/as, como em passeios com famílias e nos momentos livres de exploração corporal (intervalo escolar).

Dessa forma quando meninas apresentam um perfil esportivo concreto, sua feminilidade é posta à prova. Já o menino, quando não se adapta ao esporte e às práticas coletivas, tem sua masculinidade em cheque. Atitudes como essa devem ser desconstruídas, pois é preciso pensar que também existem diferentes subjetividades e habilidades entre meninos e as meninas.

Assim, viver sua subjetividade significa fugir da norma social produzida no interior do dispositivo da sexualidade ou, como denominou Judith Butler (1999), da heteronormatividade que garante espaço somente para a correspondência entre corpo e comportamento, aquilo que se espera para cada gênero.

Por tanto, as características desses corpos devem ser valorizadas de acordo com as individualidades de cada sujeito por meio da socialização e da interação com a diversidade de realidades e experiências, não através de um sistema normativo que apresenta um único padrão possível. É preciso proporcionar às crianças aquilo que elas já perceberam que precisam: a interação, o respeito e o aprendizado através da diferença e não da semelhança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destaco a necessidade de questionar as verdades que encontramos em nossos cotidianos, pois são essas perguntas que impulsionarão a reavaliação dos comportamentos culturais, possibilitando a ressignificação dos discursos de dominação.

Nessa perspectiva, a Educação Física assume um papel importante quando problematiza o corpo, os lugares/espços, gestos que meninos/as produzem e assegura a equidade de oportunidades a todos/as no âmbito das práticas corporais.

Para isso é necessário priorizar o respeito às subjetividades para a construção de uma consciência igualitária através de uma Educação Física plural, que permita a meninas e meninos, indiscriminadamente, as mesmas vivências a um corpo que pensa, sente, age e se constrói através do movimento.

Portanto, resistir é possível! Através das possibilidades de aprendizado insuspeitas, desterritorializamos os princípios e as normas. Dentro das grandes máquinas como a escola, podemos seguir buscando as brechas de uma educação menor que escapa a qualquer controle, opondo resistência e criando outras possibilidades de abordar temáticas silenciadas como gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Em pronunciamento, ministro da Educação, Mendonça Filho destaca homologação da BNCC. Seção Rede nacional [online]. 21 dez. 2017. Acesso em: 05 jul. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARVALHO, M. **A Base Nacional Comum Curricular e sexualidade: crítica e resistência**. Pesquisar, Florianópolis, v. 7, n. 13, Ed. especial: SELIGeo, p. 89-100, jun. 2020.

CONNELLY, M.; CLANDININ, J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, J. et al. **Déjame que te cuente**: ensayos sobre narrativa y educación. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11 - 59.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25926/15194>. Acesso em: 05 jul. 2022.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & Educação**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GALLO, Sílvio. Educação Menor: produção de heterotopias no espaço escolar. In: GRUPO TRANSVERSAL (Org.). **Educação Menor**: conceitos e experimentações. Curitiba: Appris, 2015. p. 75-88.